

Organizadores

**Raul Araújo • Cid Marconi • Tiago Asfor Rocha**

# **Temas Atuais e Polêmicos na JUSTIÇA FEDERAL**

2018



www.editorajuspodivm.com.br

1126476

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

A658t      Temas atuais e polêmicos na justiça federal/ Organizadoras Raul Araújo, Cid Marconi e Tiago Asfor Rocha – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.  
544 p.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2339-0.

1. Direito Constitucional. 2. Processo Constitucional. 3. Direito Civil. 4. Direito Processual Civil. 5. Direito Administrativo. 6. Direito Tributário. I. Araújo, Raul. II. Marconi, Cid. III. Rocha, Tiago Asfor. IV. Título.

CDD 341.4191

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## PARTE I

### DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CONSTITUCIONAL

#### CAPÍTULO 1

##### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

<i>Fredie Didier Jr.</i> .....	27
--------------------------------	----

#### CAPÍTULO 2

##### OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UM DIVISOR DE ÁGUAS NA HISTÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL

<i>Gilmar Ferreira Mendes</i> .....	33
Introdução.....	33
1. Breve histórico dos juizados especiais federais .....	34
2. Os procedimentos nos juizados especiais federais .....	35
3. Os juizados especiais federais e o Supremo Tribunal Federal .....	38
3.1. O recurso extraordinário contra decisão de juizados especiais federais.....	38
3.2 Juizados especiais federais e a repercussão geral .....	42
Conclusão .....	44

#### CAPÍTULO 3

##### CONTROLE JUDICIAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

<i>Joana Carolina Lins Pereira</i> .....	47
Introdução.....	47
1. Panorama normativo.....	48
2. Jurisdição e coisa julgada .....	50
3. Controle dos atos administrativos e decisões dos tribunais de contas. Os julgados mais recentes do STF.....	53
4. O acórdão como título executivo extrajudicial e a oposição através de embargos.....	59
Conclusão .....	60
Referências bibliográficas .....	60

**CAPÍTULO 4****O PREQUESTIONAMENTO FICTO NA APRECIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL**

<i>Lázaro Guimarães</i> .....	63
-------------------------------	----

**CAPÍTULO 5****A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO**

<i>Marco Aurélio Mello</i> .....	71
Introdução .....	71
1. A modulação dos efeitos da decisão e a jurisprudência do Supremo .....	72
Conclusão .....	80

**CAPÍTULO 6****NOTAS SOBRE O PREQUESTIONAMENTO FICTO NO NOVO CPC**

<i>Raul Araújo Filho • Rommel Barroso da Frota</i> .....	83
Introdução .....	83
1. Definição de prequestionamento .....	84
2. Espécies de prequestionamento .....	87
3. Os embargos de declaração e o prequestionamento .....	89
4. O prequestionamento ficto ou virtual e seus requisitos .....	97
5. O prequestionamento ficto e as questões de fato .....	101
6. A constitucionalidade do prequestionamento ficto .....	106
Conclusões .....	107
Bibliografia .....	108

**CAPÍTULO 7****A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS DECISÕES QUE ALTERAM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ (ART. 927, § 3º, DO NOVO CPC)**

<i>Ricardo Villas Bôas Cueva</i> .....	109
Introdução .....	109
1. A superação de precedentes e a atribuição de efeitos prospectivos .....	111
2. A modulação dos efeitos das decisões do STJ .....	117
Considerações finais .....	125
Referências bibliográficas .....	127

## **CAPÍTULO 8**

### **O EFEITO DEVOLUTIVO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, O NOVO CÓDIGO E A AGILIDADE DE PROCESSO**

<i>Teresa Arruda Alvim • Maria Lúcia Lins Conceição</i> .....	129
1. Apresentação da temática versada .....	129
2. Sobre os efeitos devolutivo e translativo.....	130
3. Sobre a possibilidade de se avaliar a correção da subsunção dos fatos à norma jurídica, feita pelo tribunal <i>a quo</i> , pelo STJ e pelo STF .....	139
4. Sobre a necessidade de os tribunais de 2. <sup>o</sup> grau decidirem todas as causas de pedir e todos os fundamentos da defesa .....	150
5. Omissão do juiz quanto à apreciação de fatos relevantes para o deslinde da causa. Relevantes segundo quem? – Fatos e prequestionamento.....	159

## **PARTE II**

### **DIREITO CIVIL**

## **CAPÍTULO 1**

### **A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS: BOA-FÉ, QUESTÕES E PERSPECTIVAS**

<i>Humberto Martins</i> .....	167
Introdução.....	167
1. Aspectos conceituais .....	167
2. A revisão judicial dos contratos .....	169
2.1. Contratos de consumo .....	170
2.2. Contratos civis.....	171
2.3. Contratos administrativos .....	173
3. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	174
Conclusão .....	187
Referências bibliográficas .....	188

## **CAPÍTULO 2**

### **REVISÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ: CONFRONTO INEVITÁVEL?**

<i>José Antonio Dias Toffoli • Roberta Maria Rangel</i> .....	189
Introdução.....	189

1. As cláusulas gerais, os fatores de correção e as lacunas da lei.....	190
2. A revisão judicial dos contratos de direito civil no ordenamento jurídico.....	195
3. A boa-fé no CCB .....	198
Conclusão .....	201
Referências bibliográficas .....	202

### **CAPÍTULO 3**

#### **REVISÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ OBJETIVA: CONVERGÊNCIAS E CONFRONTOS POSSÍVEIS**

<i>Rommel Barroso da Frota</i> .....	205
Introdução.....	205
1. A ideia de boa-fé objetiva .....	206
2. A limitação de direitos subjetivos pela boa-fé.....	214
3. A revisão contratual no Brasil .....	218
4. A boa-fé objetiva como possível elemento de limitação da revisão contratual .....	222
Conclusões .....	225
Referências bibliográficas .....	226

### **PARTE III**

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **CAPÍTULO 1**

#### **PRAZO DECADENCIAL PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM PROVA NOVA: UMA EXCEÇÃO À REGRA**

<i>Caio Cesar Vieira Rocha • Gustavo Fávero Vaughn</i> .....	229
Introdução.....	229
1. Ação rescisória e prova nova .....	231
2. Ação rescisória e decadência .....	238
Considerações finais .....	240
Referências bibliográficas .....	241

### **CAPÍTULO 2**

#### **TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO DO ART. 942 DO CPC**

<i>Cid Marconi Gurgel de Souza</i> .....	245
--	-----

Introdução.....	245
1. Dos embargos infringentes .....	245
1.1. Princípio da dupla conformidade .....	245
1.2. Origem histórica dos embargos infringentes .....	247
1.3. Evolução dos embargos infringentes no ordenamento brasileiro e sua extinção.....	248
2. Da técnica de ampliação do órgão julgador.....	255
Conclusão .....	262
Referências bibliográficas .....	263

### **CAPÍTULO 3**

#### **IRDR – 2 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO NA JUSTIÇA FEDERAL**

<i>Cid Marconi Gurgel de Souza</i> .....	265
Introdução.....	265
1. Requisitos para a instauração do IRDR.....	268
1.1. Tramite do IRDR.....	269
2. IRDR instaurados nos TRFs.....	273
Conclusão .....	279
Bibliografia .....	279

### **CAPÍTULO 4**

#### **TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO DO ART. 942 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

<i>Élio Wanderley de Siqueira Filho</i> .....	281
Referências bibliográficas .....	291

### **CAPÍTULO 5**

#### **TUTELA DE URGÊNCIA EM ARBITRAGEM: CONFRONTO ENTRE AS COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL?**

<i>Flávio Luiz Yarshell</i> .....	293
-----------------------------------	-----

### **CAPÍTULO 6**

#### **COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA**

<i>João Paulo Hecker da Silva • Cesar Augusto Martins Carnaúba</i> .....	305
--	-----

Introdução.....	305
1. O regime jurídico de fixação de competência do juizado especial federal ...	307
2. Uma proposta de visão acautelada sobre o tema .....	311
Conclusões .....	317
Referências bibliográficas .....	317

## **CAPÍTULO 7**

### **O NOVO CPC E A VINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES - BREVES CONSIDERAÇÕES**

<i>Luiz Alberto Gurgel de Faria</i> .....	319
Introdução.....	319
1. Precedentes: origens.....	321
2. Precedentes vs. Jurisprudência .....	322
3. Precedentes e fundamentação .....	324
4. Precedentes: vinculação ou persuasão? .....	325
Conclusão .....	328
Bibliografia .....	329

## **CAPÍTULO 8**

### **TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL COMO GARANTIA DA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO**

<i>Mairan Gonçalves Maia Júnior</i> .....	331
Introdução.....	331
1. A tutela provisória e seu papel funcional como instrumento da efetividade da jurisdição e da razoável duração do processo.....	331
2. A tutela provisória no CPC de 2015.....	335
3. A tutela provisória recursal.....	336
4. A natureza da tutela provisória recursal.....	338
5. Da aplicação das disposições gerais da tutela provisória em sede de tutela recursal.....	338
5.1. Pressupostos necessários ao deferimento da tutela recursal .....	339
5.2. Oitiva da parte contrária.....	341
5.3. Possibilidade de condicionamento à prestação de caução.....	342
5.4. A cessação da tutela jurisdicional provisória .....	343



5.5. Efeitos da cessação da tutela jurisdicional provisória.....	344
5.6. Revogabilidade e modificabilidade da tutela provisória recursal ....	345
5.7. Responsabilidade pela efetivação da tutela recursal .....	350
Observações conclusivas .....	355
Referências bibliográficas .....	357

## **CAPÍTULO 9**

### **LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO PENAL**

<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i> .....	359
---	-----

## **CAPÍTULO 10**

### **PROCESSO ESTRUTURAL E DE INTERESSE PÚBLICO**

<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i> .....	367
Introdução.....	367
1. Colaboração processual .....	368
2. Decisões programáticas.....	371
3. Execução estrutural.....	374
4. Encerramento: o estímulo às soluções negociadas.....	375
Referências bibliográficas .....	377

## **CAPÍTULO 11**

### **EXTENSÃO E ALCANCE DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DO ART. 942 DO NCPC: INTERPRETAÇÕES (IM)POSSÍVEIS**

<i>Tiago Asfor Rocha Lima • Letícia Torquato de Menezes</i> .....	379
Introdução.....	379
1. Extinção dos embargos infringentes e a inserção da técnica de julgamento colegiado ampliado (art. 942, NCPC). .....	381
2. Interpretações (im)possíveis acerca da técnica de ampliação do quórum de julgadores .....	383
2.1 Natureza da técnica prevista no art. 942 do CPC.....	383
2.2 Composição do órgão julgador: critérios claros e objetivos para a convocação de magistrados.....	384

2.3 Hipótese de inconstitucionalidade/ilegalidade: inovação por meio de Regimento Interno de Tribunal. ....	385
2.4 Incide a técnica de julgamento do art. 942 no âmbito do STJ/STF?....	390
2.5 Da técnica de julgamento do art. 942 inserida nos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais Federais .....	391
CONCLUSÕES .....	392
Referências bibliográficas .....	394

## PARTE IV

### DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

#### CAPÍTULO 1

#### **A LEI 13.606/2018 E O MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: NECESSIDADE DE REVISÃO DA SÚMULA 314 DO STJ**

<i>André Dias Fernandes</i> .....	397
Introdução.....	397
1. Inconstitucionalidade por ofensa à reserva de lei complementar .....	398
2. Inexistência de diferença ontológica ou teleológica entre a suspensão e o arquivamento provisório.....	408
3. O custo de oportunidade .....	415
4. O reforço proporcionado pela lei 13.606/2018 .....	417
Conclusão .....	420
Referências bibliográficas .....	422

#### CAPÍTULO 2

#### **A RESPONSABILIDADE CIVIL DO SERVIDOR PÚBLICO POR INSCRIÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO: ENTRE A PROTEÇÃO AO FUNCIONÁRIO DO FISCO E ÀS VÍTIMAS DO ESTADO**

<i>Bruno Leonardo Câmara Carrá</i> .....	423
Introdução.....	423
1. Atividade tributária e responsabilidade civil do estado.....	424
2. Dever e responsabilidade do servidor público.....	428
3. Atuação vinculada e elemento subjetivo para imputação do agente fiscal.....	430

4. Teoria da dupla garantia e ação direta contra o servidor .....	434
Conclusões .....	438
Bibliografia citada.....	439

### **CAPÍTULO 3**

#### **A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO ÂMBITO DAS EXECUÇÕES FISCAIS**

<i>Cecília Maria Piedra Marcondes</i> .....	441
Introdução.....	441
1. Conceito .....	442
2. Histórico .....	444
3. A desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro .....	446
4. Relação entre o direito civil e o direito tributário .....	447
5. A desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da obrigação tributária .....	448
6. Crédito tributário.....	449
7. Diferença entre redirecionamento e desconsideração da personalidade jurídica .....	451
Conclusão .....	456
Referências bibliográficas .....	457

### **CAPÍTULO 4**

#### **LANÇAMENTO FISCAL POR ARBITRAMENTO: HIPÓTESES DE CABIMENTO E OS LIMITES LEGAIS**

<i>Hugo de Brito Machado Segundo • Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i> ...	459
Introdução.....	459
1. Lançamento tributário e arbitramento.....	460
2. Verdade e legalidade .....	462
3. Indícios e a questão do ônus da prova.....	464
4. Escrita fiscal “inidônea” e a falácia da petição de princípios .....	469
5. Exame de tais questões pelo superior tribunal de justiça e a súmula 7/STJ .....	470
Considerações finais.....	472
Referências bibliográficas .....	473

**CAPÍTULO 5****DESCONSIDERAÇÃO, PROCESSO EXECUTIVO E EXECUÇÃO FISCAL**

<i>Juvenio Vasconcelos Viana</i> .....	475
Introdução.....	475
1. Aproximar direito e processo.....	476
2. Aspectos processuais da desconsideração da pessoa jurídica .....	477
3. Novo CPC e a LEF .....	482
Conclusão .....	485
Referências bibliográficas .....	486

**CAPÍTULO 6****GRUPO ECONÔMICO E REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL: NOVOS CONTORNOS**

<i>Luciano de Souza Godoy</i> .....	487
Introdução.....	488
1. Possíveis situações configuradoras de responsabilidade do grupo econômico pelo pagamento de dívidas tributárias.....	490
2. O redirecionamento da execução fiscal a grupos econômicos com fundamento na desconsideração da personalidade jurídica – artigo 50, do Código Civil de 2002 .....	494
3. A visão dos Tribunais Regionais Federais sobre a aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das execuções fiscais .....	498
4. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade às execuções fiscais.....	504
Conclusão .....	508
Referências bibliográficas .....	510

**CAPÍTULO 7****REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL: NOVOS CONTORNOS DA JURISPRUDÊNCIA**

<i>Márcio Souza Guimarães</i> .....	513
Introdução.....	513
1. A responsabilidade patrimonial da pessoa jurídica .....	515
1.1. A sociedade e o sócio.....	517
1.2. Os atos da pessoa jurídica: administrador.....	521

2. O redirecionamento da execução fiscal.....	525
2.1. Responsabilidade tributária .....	526
2.2. Hipóteses de redirecionamento da execução fiscal .....	528
Conclusão .....	537
Bibliografia .....	538